

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR DE IPIRANGA

EDITAL Nº 01/2019

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IPIRANGA, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 2322 de 31 de março de 2015 e pelo Decreto nº 096/2019, faz publicar o Edital de Convocação para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2020/2023.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal 2322 de 31 de março de 2015 e pelo Decreto nº 096/2019 do CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2 Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 5 (cinco) vagas para seus consequentes suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com o disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I – a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II – as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV – a regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Em data unificada; e

V – as vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

- 3.1 - Reconhecida idoneidade moral;
- 3.2 - Idade igual ou superior a 21 anos;
- 3.3 - Residir no Município de Ipiranga com comprovante de endereço;
- 3.4 - Estar em gozo dos direitos políticos e ser eleitor do município;
- 3.5- Apresentar no momento da inscrição, diploma, declaração ou certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio;
- 3.6- Não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro Tutelar;
- 3.7- Não ter renunciado ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o mandato;
- 3.8 - Ter sido aprovado, com aproveitamento de 60% (sessenta por cento) em teste de conhecimento do ECA e informática básica, com a supervisão do Ministério Público;
- 3.9 - Não estar exercendo funções de agente político;
- 4.0 - Possuir na data da posse Carteira Nacional de Habilitação no mínimo categoria B

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. O atendimento pelo Conselho Tutelar será realizado em caráter permanente, com atendimento administrativo em sua sede de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, e, mediante escala, em regime de plantão integral.

4.2. O valor do vencimento mensal será de: R\$ 2.152,95 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos), bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do CONANDA

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico (conforme previsão legal em Lei Municipal), homologação e aprovação das candidaturas;

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Formação inicial;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio do preenchimento do anexo II, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente na Agência do Trabalhador, situada na rua Prefeito Antonio Constant de Oliveira nº 589, centro.

9.3 As inscrições serão realizadas no período de 3 de maio de 2019 à de 03 de junho de 2019, das 08:00 horas às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

9.4 A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9.5 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

a) Certidões negativas dos distribuidores cível e criminal da Justiça Estadual

b)- Cópia da Cédula de Identidade;

- c)- 02 fotos 3x4 recente;
 - d)- Certidão da justiça eleitoral de que se encontra em pleno gozo dos direitos políticos
 - e)- cópia do CPF;
 - f)- Cópia do Comprovante de Residência;
 - g)- Comprovante de conclusão do ensino médio ou equivalente conforme previsão legal em lei municipal
 - h)- Cópia da Carteira Nacional de Habilitação
- 9.6- O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 05 (cinco) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.5. No dia 11 de junho de 2019, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.4. Após análise da documentação, será publicada, no dia 12/07/2019, a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.

12. DA TERCEIRA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO

12.1. O exame de conhecimento específico será aplicado no dia 30 de julho de 2019, em horário e local a ser confirmado e publicado em diário oficial.

12.2. Após publicação do resultado do exame de conhecimento específico o candidato poderá interpor recurso no prazo de 02/08/19 a 08/08/2019 para a Comissão Especial.

12.3 A Comissão Especial realizará a análise e a decisão dos recursos pelo CMDCA: de 09/08/2019 a 15/08/2019

12.4. No dia 16/08/2019 ocorrerá a divulgação do resultado dos recursos e a publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos).

13. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

13.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 6 de outubro de 2019, das 8h às 17h, no Colégio Estadual Dr Claudino dos Santos

13.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

14. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

15. DO EMPATE

15.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico; e, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada.

16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e os suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

17. DOS RECURSOS

17.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

17.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo(a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

17.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

17.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

17.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

17.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

18. DA QUINTA ETAPA - FORMAÇÃO

18.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos escolhidos.

18.2. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

19. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

19.1 A diplomação dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA, após a divulgação do resultado final.

19.2 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2020, por meio de ato administrativo, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei nº 2322 de 31 de março de 2015 e pelo Decreto nº 096/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

20.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

20.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal local

Ipiranga 30 de abril de 2019

Emanuelly Joana Franco de Almeida Kosman
Presidente do CMDCA

ANEXO I

Calendário Referente ao Edital nº 001/2019 do CMDCA

1 - Publicação do Edital: 30/04/2019;

2 - Inscrições na Agência do Trabalhador de Ipiranga das 08:00 às 12:00 do dia **03/05/2019** às 17:00 do dia **03/06/2019**;

3 - Análise dos documentos de inscrições: de 04/06/2019 a 10/06/2019;

IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

4 - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas: 11/06/2019;

5 - Prazo para recurso de 12/06/2019 a 18/06/2019;

6 - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 19/06/2019 a 26/06/2019;

7 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 27/06/2019;

8 - Abertura de prazo de 5 (cinco) dias para recurso à Plenária do CMDCA: de 28/06/2019 a 04/07/2019;

9 - Julgamento dos recursos pelo CMDCA: de 05/07/2019 a 11/07/2019;

10 - Publicação de edital com relação dos candidatos habilitados que serão submetidos ao exame sobre ECA e informática básica: 12/07/2019

APLICAÇÃO DA PROVA

11- Aplicação da Prova: 30/07/2019;

12 - Publicação de edital com o gabarito da prova: 31/07/2019;

13 - Publicação de edital com classificação dos candidatos: 01/07/2019;

14 - Prazo para interposição de recursos para o CMDCA: de 02/08/19 a 08/08/2019;

15 - Análise e decisão dos recursos pelo CMDCA: de 09/08/2019 a 15/08/2019;

16 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos): 16/08/2019;

11 - Dia da votação: 06/10/2019;

12 - Divulgação do resultado da votação: 06/10/2019;

13 - Prazo para impugnação do resultado da eleição: de 10/10/2019 a 16/10/2019;

14 - Julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 17/10/2019;

15 - Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 18/10/2019;

16 - Proclamação do resultado final da eleição: 24/10/2019;

17 - Posse e diplomação dos eleitos: 10/01/2020.

ANEXO II

PROCESSO DE ELEIÇÃO - CONSELHO TUTELAR- FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Endereço residencial: _____

Telefone residencial _____ Celular _____

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Telefone comercial _____

Escolaridade: _____

Documentos apresentados: *

- () Certidões negativas dos distribuidores cível e criminal da Justiça Estadual
- () Cópia da Cédula de Identidade;
- () 01 foto 3x4 recente;
- () Certidão da justiça eleitoral de que se encontra em pleno gozo dos direitos políticos
- () Cópia do CPF;
- () Cópia do Comprovante de Residência;
- () Comprovante de conclusão do ensino médio
- () Cópia da Carteira de Habilitação

***No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar o documento original e uma cópia que ficará anexa a ficha de inscrição.**

Assinatura do candidato responsável pela inscrição: _____

Ipiranga, ____ de _____ de _____.

• **Decisão do CMDCA**

() Deferida () Indeferida

Motivos do indeferimento:

Presidente do CMDCA: _____ Data: _____

• **Decisão do Ministério Público**

() Deferida () Indeferida

Motivos do indeferimento:

Promotor de Justiça: _____

Data: __/__/____

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

_____ protocolou
inscrição para o processo de escolha do Conselho Tutelar às _____ horas do dia
___/___/____.

(assinatura do responsável pelo recebimento da inscrição)